



Alves
[Signature]

ATA-RELATÓRIO

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE SEIS POSTOS DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL (LIMPEZA DE ESPAÇOS PÚBLICOS) DA CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE OPERACIONAL.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL DO PERÍODO EXPERIMENTAL

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, definiu os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, e, bem assim, estabeleceu, complementarmente, o regime jurídico-funcional aplicável a cada uma das modalidades de constituição da relação jurídica de emprego público.

Por seu turno, a Secção II, do Capítulo II, do Título II, da LTFP, com a epígrafe «Formação do vínculo», consagra um período experimental que corresponde ao tempo inicial da execução do contrato e destina-se a comprovar se o trabalhador possui ou não as competências exigidas pelo posto de trabalho que o trabalhador vai ocupar (artigos 45.º e seguintes), o qual em termos de duração varia em função da carreira e do correspondente grau de complexidade funcional.

Considerando que, face ao disposto no artigo 46.º, sob a epígrafe «Avaliação do trabalhador durante o período experimental», ao acompanhamento, avaliação final, conclusão com sucesso e contagem do período experimental são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Durante o período experimental, o trabalhador admitido por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado é acompanhado por um Júri, especialmente constituído para o efeito, que procede no final à avaliação do trabalhador;
- b) A avaliação final toma em consideração os elementos que o júri tenha recolhido, o relatório que o trabalhador deve apresentar e os resultados das ações de formação frequentadas;
- c) A Avaliação traduz-se numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se concluído com sucesso o período experimental quando o trabalhador tenha obtido uma avaliação não inferior a 14 ou 12 valores, consoante se trate ou não, respetivamente, de carreiras e categorias de grau 3 de complexidade funcional;
- d) O termo do período experimental é assinalado por ato escrito, que deve indicar o resultado da avaliação final;
- e) À constituição, composição e funcionamento e competência do Júri, bem como homologação e impugnação administrativa dos resultados da avaliação final dos trabalhadores admitidos em período experimental são aplicáveis as regras previstas para o procedimento concursal, constantes da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro com as necessárias adaptações.

Considerando, adicionalmente, que compete ao Júri do correspondente procedimento acompanhar a avaliação dos trabalhadores admitidos em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ainda que sujeitos a um período experimental destinado a comprovar se o trabalhador possui ou não as competências exigidas pelo correspondente posto de trabalho, bem como proceder à avaliação final, findo o correspondente período experimental.



ATA-RELATÓRIO

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE SEIS POSTOS DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL (LIMPEZA DE ESPAÇOS PÚBLICOS) DA CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE OPERACIONAL.

Aos 20 dias do mês de maio de 2022 reuniu o júri do procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de seis postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de **ASSISTENTE OPERACIONAL (LIMPEZA DE ESPAÇOS PÚBLICOS) DA CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE OPERACIONAL**, aberto por aviso n.º 295/2017, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 5, em 06/01/2017 e na Bolsa de Emprego, em 06/01/2017 com o código de oferta n.º OE201701/0103, constituído por:

Alexandre Augusto Ferreira de Lima Freire, Diretor do Departamento Municipal de Ambiente e Atividades Económicas, em substituição do Presidente do júri – Primeiro Vogal Efetivo;
António Manuel Gomes Pinto, Chefe da Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos – Segundo Vogal Efetivo;
Pedro Carlos de Vasconcelos Romão, Técnico Superior de Recursos Humanos – Segundo Vogal Suplente;

a fim de, terminado o período experimental dos trabalhadores admitidos no âmbito do presente procedimento concursal de acordo com o respetivo posicionamento constante da lista unitária de ordenação final, homologada por Despacho do Senhor Vereador com competência delegada nos domínios dos Recursos Humanos de 10 de fevereiro de 2020, elaborar a respetiva lista de avaliação final dos trabalhadores recrutados traduzida na escala de 0 e 20 valores, a qual ficou constituída da seguinte forma:

AUGUSTA MARIA MESTRE DA CONCEIÇÃO..... 15,6 valores;
ANA FILIPA OLIVEIRA DOS SANTOS..... 15,6 valores;
FÁBIO MIGUEL LOPES SEQUEIRA..... 15,6 valores;
BRUNO FILIPE DA COSTA SILVA..... 15,6 valores;

Finalmente, o Júri, para cumprimento do disposto no art.º 30.º por remissão do artigo 36.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, vai proceder à respetiva audição no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, dando-lhes conhecimento das classificações obtidas e no sentido de os mesmos se pronunciarem por escrito, querendo, no prazo de 10 dias úteis sobre as questões pertinentes que possam ser oferecidas relativamente ao concurso, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

E não havendo mais nada a tratar se encerrou a reunião da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme vai ser assinada por todos os membros do júri presentes.

Presidente: 

Vogal: 

Vogal: 
20/05/2022